MPV 579

00286

L	Data: 18/09/2012	Proposição: MPV Nº 579 de 2012	
	Autor: Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES		
	1. Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva/Global		
	EMENDA - Texto & Justificativa		
	Dê-se respectivamente ao § 2º e ao §4º, ambos do art. 2º, na Medida		
	Provisória Nº 579, de 11 de setembro de 2012, a seguinte redação:		
	"Art. 2°		
	§ 2º Todo o excedente de energia elétrica não consumida pelas unidades consumidoras do titular da concessão de autoprodução será liquidado no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças — PLD, receita esta que deverá ser utilizada pelo autoprodutor no fomento a projetos de eficiência energética em suas instalações de consumo, de forma continua e consistente, durante todo o periodo da concessão.		
	§ 4° A prorrogação pagamento pelo uso do b fomento a investimentos consumo eletrointensivos	de que trata este artigo será feita a título oneroso, sendo o sem público revertido em favor da modicidade tarifária no em projetos de eficiência energética junto a segmentos de s, conforme regulamento do poder concedente. "."	

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 579, de 2012, ao tratar da renovação dos contratos de concessão do serviço público de energia elétrica focando a modicidade tarifária, dá ao mercado consumidor indicações equivocadas para a elevação desnecessária de seu perfil de consumo sem que, com isso, haja efetivo crescimento da oferta de energia

Subsessetatis de Aprilo 45 Comissoso Mistas Recebido em US/H 120/2, 45 WM27 Gustavo Ribelro - Mat. 254736 elétrica em ritmo compatível.

São conhecidas as dificuldades que cercam as decisões de investimento na construção de novas usinas de geração de energia elétrica, sobretudo quanto aos aspectos relacionados ao meio ambiente, à disponibilidade de combustíveis, no caso de termelétricas, e de potenciais hídricos e/ou eólicos economicamente viáveis a serem explorados.

Outrossim, o presente beneficio tarifário será rapidamente anulado pelo crescimento do montante alocado ao Encargo de Serviços de Sistema – ESS para fazer frente ao despacho termelétrico adicional que assegurará a confiabilidade e segurança energética do suprimento em condições de elevação do consumo pela retomada do crescimento.

Dessa forma, para assegurar que os objetivos da norma se tornem efetivos no sentido do barateamento e desoneração das tarifas de energia elétrica, propõe-se a presente emenda, de maneira que haja uma contrapartida de investimentos em eficiência energética em segmentos de consumo conhecidamente eletrointensivos, a fim de que a retomada de sua atividade econômica não venha a antecipar o despacho termelétrico para a segurança energética e, consequentemente, onerar novamente as tarifas via ESS.

Por todas essas razões, propomos a presente Emenda, esperando contar com o decisivo apoio de nossos nobres Pares.

Sala da Comissão,

Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES

FL. 757 F MPV SP 20 12 SSACM